

A JUSTIÇA FEDERAL CHEGA À ÚLTIMA FRONTEIRA BRASILEIRA

ARI PARGENDLER é Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Presidente desta Corte e do Conselho da Justiça Federal. Natural de Passo Fundo (RS), ainda muito jovem formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O ilustre entrevistado iniciou sua trajetória jurídica como Advogado, também figurando nos quadros do Ministério Público com as nomeações para Procurador da República e Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República do Rio Grande do Sul. Em pouco tempo, entretanto, declinou do meritoso mister e seguiu a vocação para a Magistratura Federal, abraçando com determinação a Carreira que o conduziu até a Presidência do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, em 2010.

Na esteira dos movimentos de interiorização da Justiça Federal, recentemente, ARI PARGENDLER

esteve em Oiapoque, pequeno Município no Estado do Amapá que faz fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, prestigiando a instalação de nova Vara Federal, inserida no âmbito de atuação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Em entrevista exclusiva à *Consulex*, concedida ao Professor Besalier Rodrigues¹, o notável Ministro discorre sobre este momento histórico para o Judiciário, o Município amapaense e todo o Brasil, enaltecendo as características estratégicas da presença da Justiça Federal na região, especialmente sob a perspectiva da construção da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, e considerando que a Guiana Francesa é território ultramarino da França, país membro da União Europeia. A análise que segue, sem embargo, corrobora a preciosa lição deixada aos leitores: “Neste mundo de economia globalizada, precisamos ter visão mais aguçada”.

Revista Jurídica CONSULEX – Qual o grande desafio do Superior Tribunal de Justiça no contexto da imensa estrutura judiciária nacional?

Ministro ARI PARGENDLER – Creio que gerenciar a enorme demanda de ações existente. O Superior Tribunal de Justiça é a Corte brasileira responsável por todo o direito federal e estadual comum e a instância superior dos vinte e sete Tribunais de Justiça estaduais e dos cinco Tribunais Regionais Federais existentes no País. Depois da promulgação da Constituição de 1988, o direito ao exercício da cidadania foi alargado e isso foi muito bom. Entretanto, a estrutura judiciária brasileira não estava preparada para essa nova realidade. Então, é notório, no meio do povo, que o Poder Judiciário nacional trabalha e vive assoberbado. Encontrar caminhos para a equalização deste problema é o grande desafio, não somente do Superior Tribunal de Justiça, mas do Judiciário como um todo e, inclusive, do próprio Congresso Nacional.

CONSULEX – Nesse sentido foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional nº 544/02, que visa aumentar para nove o número de Tribunais Regionais Federais, com novas sedes nos Estados do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Amazonas. Vossa Excelência acredita que a iniciativa prosperará?

ARI PARGENDLER – Na atual conjuntura política e econômica brasileira, literalmente como ela se encontra, não. Na realidade, o problema não reside na multiplicação de Tribunais Regionais Federais. Também não creio que o Congresso Nacional tenha disposição para promover uma mudança tão radical na configuração atual da Justiça Federal

brasileira. Agora, há uma situação sobre a qual acredito que os parlamentares devem estar dispostos a discutir. Trata-se do caso do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que possui jurisdição sobre treze Estados da Federação, além do Distrito Federal, cobrindo mais da metade do território nacional. Minas Gerais, que faz parte desta região, por exemplo, possui cerca de mil Municípios e é responsável por quase 40% das demandas que tramitam naquele Tribunal. Mas, mesmo diante desta realidade, acredito que o Congresso, no máximo, deverá criar mais um Tribunal Regional Federal, o da Região Amazônica. Vamos aguardar a conclusão da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional nº 544/02.

CONSULEX – E quanto ao Projeto de Lei nº 1.597/11, que cria os cargos de juiz federal de Juizados Federais, e de Turma Recursal, funções até então acumuladas pelos juízes federais das Varas Federais?

ARI PARGENDLER – Atualmente, este acúmulo de funções pelos juízes federais das Varas Federais prejudica, dizem, demasiadamente, a performance judicante da Justiça Federal. Veja bem, sem acumular funções, o magistrado brasileiro já tende a trabalhar com excesso de processos. Os órgãos que acompanham esta matéria e as estatísticas confirmam este fato. Então, o Projeto de Lei nº 1.597/11 é bom. Com isso, novos postos de juízes serão abertos e, por via de consequência, teremos maior número de magistrados julgando as milhões de causas populares que estão pendentes pelos tribunais afora. No caso específico da Justiça Federal, vai melhorar bastante seu desempenho, pois

trata-se de uma Justiça carente de quadros mais ampliados. Ao final, quem ganha mais ainda é o próprio povo brasileiro.

CONSULEX – Outros fatores, além da quantidade de juízes, podem ser determinantes para possibilitar o acesso à Justiça?

ARI PARGENDLER – Esta é preocupação, também, do Conselho da Justiça Federal, que tem dado sua parcela de contribuição nesta matéria, estudando e discutindo não apenas a possibilidade de o Congresso Nacional criar novos cargos de juízes federais, como também a de aumento de membros dos cinco Tribunais Regionais Federais. Quanto mais juízes para atender as demandas do povo, melhor. Mas a questão não passa só por aí. Em breve

reflexão, acrescento que, para que o povo tenha amplo acesso à Justiça, é preciso melhorar muito a gestão em geral nos tribunais. Temos problemas de gestão administrativa, financeira e de recursos humanos espalhados pelo Judiciário em todo o território nacional. Ainda precisamos melhorar muito. Por fim, é preciso que os magistrados também tenham mais carinho no desempenho de suas atividades judicantes. Alguns ignoram o fato de que somos servidores do povo e para ele precisamos trabalhar com afinho e desvelo. Não falo de romantismo, mas de compromisso humano e profissional no exercício da judicatura. Este conjunto de coisas, com certeza, proporcionará à população melhor acesso à Justiça.

CONSULEX – Nesse contexto, como pode ser entendido o processo de interiorização da Justiça Federal, iniciado com a Lei nº 12.011/09?

ARI PARGENDLER – Esta interiorização significa que, além da atuação consolidada nas capitais e nas grandes cidades de todos os Estados da Federação, a Justiça Federal passa a atuar em médios e até pequenos Municípios brasileiros. É um processo que implica concretizar, cada dia mais, o que diz a nossa Constituição Federal, proporcionando ao povo maior possibilidade de seu exercício de cidadania. Nosso texto constitucional pátrio possui um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, dentre os quais citamos o direito de acesso à Justiça, o direito de petição, o direito à jurisdição universal etc. Assim, a Justiça não deve e nem pode encastelar-se nos grandes conglomerados populacionais do País. Na maior parte do território nacional, a população é rarefeita. Inclusive, todos sabem que nestas regiões, de baixíssima densidade demográfica, reinam a pobreza e a miséria humana. São milhões de irmãos brasileiros que sofrem com o ostracismo estatal. Então, a interiorização da Justiça Federal, aquela que faz frente aos interesses da União, composta de magistrados e servidores altamente qualificados, respeitadíssima pela sociedade, promove, de diversas formas, a amenização das disparidades sociais existentes no seio da sociedade nacional, além, ainda, de combater o narcotráfico, a lavagem de dinheiro, os

crimes de “colarinho branco”, o tráfico de pessoas e de animais, os crimes contra o meio ambiente e muitos outros. Ao se instalar nos médios e pequenos Municípios brasileiros, a Justiça Federal leva um alento ao povo, cansado, muitas vezes, de esperar pela presença e pela ação do Estado.

CONSULEX – O que representa para o Presidente do Superior Tribunal de Justiça a recente instalação de uma Vara Federal no Oiapoque, a última (ou primeira) fronteira do Brasil, no extremo norte?

ARI PARGENDLER – A vida nos reserva dessas coisas. Sou gaúcho e, desde criança, ouvi falar e sentia o desejo de conhecer o Oiapoque. Agora, como Presidente do Superior Tribunal de Justiça, pude testemunhar e fazer parte deste momento histórico. Para mim, foi algo de grande satisfação ser um dos protagonistas desta história. O que sobreleva este acontecimento é que o Estado brasileiro amplia sua presença naquela fronteira e suas ações estratégicas na região, no sentido de se prevenir quanto aos possíveis efeitos colaterais que poderão surgir com a ponte binacional construída entre os países limítrofes, especialmente considerando que a Guiana Francesa é território ultramarino da França, país membro da União Europeia. O cidadão brasileiro ali, agora, precisa ser mais bem assistido pelo Estado, mormente pelo Judiciário nacional.

CONSULEX – Qual a importância daquela fronteira para o Poder Judiciário da União?

ARI PARGENDLER – Creio que aquela fronteira é uma das mais emblemáticas e estratégicas para nossa Nação, por ser com um país que compõe a União Europeia. Para o Judiciário da União, esta fronteira não é somente histórica. Neste mundo de economia globalizada, precisamos ter visão mais aguçada. O Oiapoque é exatamente onde começa o Brasil. Toda criança que inicia ir à escola aprende que o País, de norte a sul, vai do Oiapoque (AP) ao Chuí (RS). O Município de Oiapoque é conhecido no mundo inteiro, pois a região foi objeto de disputa entre o Brasil e a França, questão fronteiriça resolvida no século XIX, com a intermediação da Suíça. Atualmente, o Brasil e a França uniram-se para construir uma ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, ponto extremo entre as duas nações que não possuem ligação terrestre. Até o final deste ano, a Presidente Dilma Rousseff promete, juntamente com o Presidente francês, inaugurar a ponte entre o Município brasileiro e a capital guianense Caiena, que ligará, física e literalmente, o Brasil à União Europeia. Com isso, a importância estratégica daquela fronteira justifica a presença de todos os Poderes na região; e não poderia ser diferente com a Justiça Federal, que é constitucionalmente competente para conhecer, em nível de primeiro grau, as matérias de natureza internacional.

CONSULEX – *O que pode significar para o cidadão brasileiro a presença da Justiça Federal nos distantes rincões do Brasil?*

ARI PARGENDLER – A chegada da Justiça Federal, assim como de outros órgãos federais, nos distantes rincões do País possui não somente uma importância do ponto de vista jurisdicional. A instalação de uma vara federal em Município desses gera grandes mudanças locais e coopera enormemente para o desenvolvimento da região. Em razão disto, por exemplo, o Oiapoque não poderia ser considerado apenas um pequeno Município de fronteira, cujo volume de demandas judiciais não justificaria a instalação de uma vara federal. Ademais, esta presença, de regra, força a melhora da infraestrutura local e favorece vários benefícios sociais, muitas vezes até desconhecidos pelas humildes populações. Tais direitos passam a ser usufruídos pelo povo, a partir da atuação de um juiz nestas regiões. Assim, não podemos só pensar em quantidade, em número de processos, em estatísticas; há o outro lado da coisa, o qualitativo. O funcionamento de uma vara federal nestes lugares mais afastados leva à região, obrigatoriamente, servidores altamente qualificados que interagirão com a população local; e também orçamento da União, por meio dos salários dos servidores, dos contratos de prestação de serviços para a Justiça, das licitações em geral que ali acontecerão continuamente. É mais dinheiro circulando nas comunidades espalhadas pelo território nacional; é o orçamento da União ganhando capilaridade em toda a Federação.

CONSULEX – *O mesmo se vislumbra para os Juizados Federais?*

ARI PARGENDLER – Não se pode esquecer dos juizados especiais nestes lugares. De regra, as Varas Federais possuem um juizado especial adjunto, o que possibilita ao caboclo, ao indígena, ao ribeirinho, ao agricultor, ao pequeno garimpeiro, ao humilde pescador, o acesso ao Judiciário e à Justiça, pois, sem a obrigatoriedade da presença de um advogado, profissional, muitas vezes, raro, por esses lugares, poderá o cidadão pleitear por si só seus direitos na Justiça. Ademais, o poder dos juizados em determinar o pagamento, em prazo de sessenta dias, das requisições de pequeno valor, é outro fator favorável à presença da Justiça Federal nestes lugares onde a presença do Estado é quase zero.

CONSULEX – *Vossa Excelência acompanhou a instalação de novas varas federais em outros Estados da Federação?*

ARI PARGENDLER – A presidência do Superior Tribunal

de Justiça e do Conselho da Justiça Federal torna minha agenda muito intensa. Abri apenas duas exceções, coincidentemente, ambas ligadas ao Estado do Amapá. Além do Oiapoque, também estive presente na instalação da Vara Federal de Laranjal do Jarí, Município brasileiro que faz fronteira com o Suriname. São as duas varas federais de fronteira internacional. Fiz questão de estar presente, mais como Presidente do Conselho da Justiça Federal, onde discutimos estas ações estratégicas. Nas instalações das demais varas, os presidentes dos respectivos Tribunais Regionais Federais foram os que acompanharam de perto o processo. Cada vez mais, queremos que todo brasileiro possa exercer o seu direito sagrado e constitucional de cidadania, no âmbito judicial.

“A presença da Justiça Federal nos distantes rincões do Brasil possui não somente uma importância do ponto de vista jurisdicional. A instalação de uma vara federal em Município desses gera grandes mudanças locais e coopera enormemente para o desenvolvimento da região.”

CONSULEX – *Participando ativamente destas mudanças, qual o orgulho de ser um cidadão amapaense, título concedido a Vossa Excelência pela Assembleia Legislativa daquele Estado?*

ARI PARGENDLER – É verdade. Este fato aconteceu bem antes de me tornar Presidente do Superior Tribunal de Justiça e, consequentemente, antes da instalação das citadas varas de fronteiras naquele Estado. Foi algo muito natural. Estive ali, ainda como Corregedor-Geral da Corte de Justiça, participando de eventos jurídicos. O Parlamento estadual teve simpatia por minha pessoa e resolveu agradecer-me com tão distinta condecoração. Recebi o citado título com muita alegria

e satisfação. Agora sou um brasileiro gaúcho com cidadania amapaense. Nunca esquecerei tal distinção.

CONSULEX – *Que avaliação pode ser feita da atuação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região?*

ARI PARGENDLER – Primeiro, falo do Desembargador Olindo Menezes, que conduziu sua gestão à frente daquela Corte federal com muito zelo. Ele está de parabéns, pois, em dois anos de mandato, este notável magistrado instalou mais de cinquenta varas federais, dentre as quais as aqui por nós comentadas. Inaugurou uma série de obras espalhadas pelos mais diversos lugares do Brasil e promoveu outras tantas ações meritórias no âmbito jurisdicional da 1ª Região. Quanto àquele Tribunal Regional Federal, trata-se de uma Corte importantíssima para o País. Tem dado excelentes frutos para o Superior Tribunal de Justiça, haja vista que vários Ministros são oriundos daquela Corte regional. Reconhecendo o mérito, parablenho a todos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mormente pelo fato de terem firmado presença no mais alto ponto do território nacional. ■

NOTA

- 1 O Professor Besalier Rodrigues é Titular da cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP) e Analista Judiciário Federal, do TRF da 1ª Região, lotado no Estado do Amapá, na Subseção Judiciária de Oiapoque.